

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 708, DE 2015

Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

Autor: Deputado ALAN RICK

Relator: Deputado CÉSAR HALUM

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise estabelece normas gerais sobre a segurança escolar e dá outras providências. A segurança escolar é ali definida como a garantia de ambiente isento de ameaças para alunos, professores e toda a comunidade escolar, sustentado por um conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público, em suas três esferas, com vistas à construção da paz e da ordem social no interior e nas imediações de seus respectivos estabelecimentos de ensino.

O texto prevê princípios da segurança escolar, que seriam: a prevenção e o combate a situações de insegurança e violência escolar; o estabelecimento de prioridades de intervenção e de parcerias com órgãos públicos e da iniciativa privada com responsabilidade ou interesse no tema; o acompanhamento e a avaliação da eficácia das medidas adotadas em matéria de segurança escolar; a concepção de instrumentos, procedimentos e rotinas que contribuam para a resolução de problemas de segurança identificados pelas escolas; a participação da comunidade escolar nas definições das políticas e ações locais de segurança escolar; o desenvolvimento de programas específicos de formação na área de segurança escolar, voltadas para os dirigentes, docentes, discentes e funcionários em geral das escolas; o planejamento e a execução simulada de reações a

situações de emergência que possam ocorrer nas escolas; o acompanhamento de experiências e de modelos de programas e ações de segurança escolar em execução em outros entes da Federação e no exterior; a prevenção e o desenvolvimento da cultura da não-violência; e a realização periódica de diagnósticos da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino.

Para a efetivação da segurança escolar, o projeto propõe as seguintes ações do Poder Público: a intensificação dos serviços de fiscalização do comércio existente, coibindo a comercialização de produtos ilícitos ou de acesso proibido à criança e ao adolescente; a adequação dos espaços circunvizinhos às escolas, de modo a não causar insegurança nos seus interiores, com a participação de órgãos públicos e de instituições da iniciativa privada em parcerias criadas para esse fim; a repressão intensificada aos jogos de azar nas imediações das escolas; a regulamentação do uso das vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, com especial atenção aos limites de velocidade e à sinalização adequada.

Além disto, o PL acrescenta o inciso XI ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

“Art.4º.....

.....

XI- ambiente escolar seguro, a ser coordenado pelos gestores dos sistemas de ensino, em colaboração com órgãos do Poder Público, a comunidade escolar e a iniciativa privada, com vistas a reduzir riscos no interior das escolas e em suas áreas circunvizinhas.”

O projeto de lei foi distribuído às Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise trata certamente de matéria relevante. O projeto tem a oportuna preocupação de coibir a violência escolar.

Quanto ao mérito, é fácil perceber que os princípios enumerados são de grande auxílio na busca por um ambiente escolar saudável, seguro, propício ao aprendizado.

A prevenção; o estabelecimento de prioridades de intervenção e de parcerias com órgãos públicos e da iniciativa privada; o acompanhamento e a avaliação da eficácia das medidas adotadas; a concepção de instrumentos, procedimentos e rotinas que contribuam para a resolução de problemas de segurança identificados pelas escolas; tudo isto é fundamental para qualquer planejamento. Sem dados quanto às ocorrências e sem um diagnóstico claro dos problemas em segurança pública que afligem a comunidade escolar não há como apresentar soluções específicas.

Extremamente importante ainda é o envolvimento dos atores escolares no debate e no levantamento desses problemas. Uma comunidade participante deixa de ser passiva e passa a enfrentar com mais coragem as ameaças à segurança das crianças e dos adolescentes.

Também estamos de acordo com o nobre autor quando estabelece que a efetivação da solução para o problema da segurança nas escolas passa por ações que tratem, por exemplo: a intensificação dos serviços de fiscalização do comércio existente, coibindo a comercialização de produtos ilícitos ou de acesso proibido à criança e ao adolescente; a adequação dos espaços circunvizinhos às escolas, de modo a não causar insegurança nos seus interiores, com a participação de órgãos públicos e de instituições da iniciativa privada em parcerias criadas para esse fim; a repressão intensificada aos jogos de azar nas imediações das escolas; a regulamentação do uso das vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, com especial atenção aos limites de velocidade e à sinalização adequada.

Porém, não concordamos que se acrescente o inciso XI ao art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o qual definiria que os gestores dos sistemas de ensino é que coordenariam a garantia de ambiente escolar seguro. Acreditamos que isto seria atribuição das Secretarias de Segurança e não de Educação.

Como previsto acertadamente no projeto, a participação da comunidade escolar nas definições das políticas e ações locais de segurança escolar seria garantida, assim como o desenvolvimento de programas específicos de formação na área de segurança escolar, voltadas

para os dirigentes, docentes, discentes e funcionários em geral das escolas. Isto seria de grande valia. Porém, não acreditamos que a coordenação da garantia de ambiente escolar seguro deve ser entregue e cobrada dos gestores dos sistemas de ensino. Para corroborar essa nossa ressalva, podemos perceber que todas as ações do Poder Público propostas para a efetivação da segurança escolar pelo Projeto, ou seja, intensificar serviços de fiscalização do comércio existente; coibir a comercialização de produtos ilícitos ou de acesso proibido à criança e ao adolescente; adequar os espaços circunvizinhos às escolas, de modo a não causar insegurança nos seus interiores, com a participação de órgãos públicos e de instituições da iniciativa privada em parcerias criadas para esse fim; repressão intensificada aos jogos de azar nas imediações das escolas; regulamentação do uso das vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, com especial atenção aos limites de velocidade e à sinalização adequada; todas são de possível efetivação pelos Sistemas de Segurança Pública e não pelos Sistemas de Ensino.

Portanto, sugerimos justamente que seja suprimido tal acréscimo à LDB. Além disto, sugerimos que o PL em tela tramite ainda pela Comissão de Segurança Pública desta Casa, justamente por acreditarmos que são as secretarias de Segurança Pública que devem coordenar e garantir os princípios e ações propostas. Lembrando que inicialmente só foi prevista a tramitação por esta comissão e pela de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação do projeto, com a emenda de Relator anexa, no âmbito desta Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado CÉSAR HALUM
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 708, DE 2015

Estabelece normas gerais sobre
segurança escolar e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o Art. 4º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado CÉSAR HALUM
Relator